



## **POSICIONAMENTO DO CSBH BAIXO JAGUARIBE DIANTE DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS IDENTIFICADOS NA SUB-BACIA**

Autores: Marcos André Lima da Cunha – Geógrafo e técnico da gerência regional da COGERH de Limoeiro do Norte, Luana Rebouças Pinto representante da Associação Aratu de Proteção aos Ecossistemas Costeiros – ARATU – Icapuí, Anderson Rodrigues de Oliveira representante da Fundação Brasil Cidadão para a Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente – Icapuí, Ana Valéria Oliveira de Moraes representante e técnica do escritório regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – Aracati e Cláudio Alves Pinto representante do Associação da Comunidade Porto do Céu – Aracati.

O Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe um colegiado integrante do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará foi criado pelo Decreto Estadual Nº 25.391, de 01 de março de 1999 tem funções consultivas e deliberativas. Possui 46 instituições distribuídas da seguinte forma: sociedade civil - 30% das vagas, usuários de água - 30% das vagas, poder público municipal - 20% das vagas e poder público estadual/federal - 20% das vagas.

Desde sua criação várias questões foram debatidas nas reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, dentre elas as questões ligadas ao meio ambiente. Na Sub-Bacia do Baixo Jaguaribe algumas instituições promovem debates e discussões que permeiam a água e o meio ambiente, com destaque para algumas atividades econômicas da região, tais como o Agronegócio e a Carcinicultura. Estas duas atividades são muito praticadas na sub-bacia sendo objetos de polêmica e discordância entre os diversos atores sociais.

O debate sobre o desenvolvimento destas atividades na sub-bacia chegou ao comitê e divergentes posicionamentos surgiram, a favor e contra a tais atividades. As principais polêmicas giravam entorno da sustentabilidade, do retorno social, econômico e financeiros para a população da sub-bacia e das problemáticas ambientais que as mesmas geravam no entorno de onde se instalavam.

Outra atividade que recentemente vem sendo implementada na sub-bacia são as usinas eólicas. Tais empreendimentos são focos de conflitos e posições antagônicas. De um lado estão os empreendedores e os governos nas esferas estadual e nacional, que incentivam e financiam a atividade, do outro estão as comunidades tradicionais e as organizações não governamentais que defendem outra localização para este tipo de empreendimento.

Diante de todas estas questões o comitê resolveu criar sua Comissão de Meio Ambiente. O objetivo da mesma é se apropriar dos assuntos e problemas que são encaminhados ao colegiado e apresentar considerações para que haja algum tipo de encaminhamento da plenária.

Alguns debates sobre atividades econômicas e seus impactos na sub-bacia se concretizaram antes da criação da Comissão de Meio Ambiente e como eram várias as demandas, o colegiado resolveu criá-la.

A seguir abordaremos os principais casos que foram alvos de debates no CSBH Baixo Jaguaribe, porém inicialmente trataremos da formação da comissão de meio ambiente.

### **Processo de formação da Comissão de Meio Ambiente**

Várias questões ligadas a temática ambiental chegavam ao CSBH Baixo Jaguaribe por intermédio de instituições integrantes do colegiado e nas reuniões ordinárias ou extraordinárias era debatido cada caso. Algumas situações suscitavam visitas e para isto, formavam comissões temporárias para cada visita. Como chegavam muitos casos surgiu a ideia de criar uma comissão de

meio ambiente permanente, baseado no regimento do comitê.

Abaixo seguem algumas informações sobre a Comissão de Meio Ambiente:

- Em 23 de julho de 2009 foi aprovada a criação da comissão através da Deliberação Nº 01/2009;
- Em 24 de setembro de 2009 houve primeira reunião da comissão sendo eleitos o Coordenador e a Secretária da mesma e quando surgiram demandas de visitas;
- Membros integrantes: IBAMA de Aracati, a Associação Porto do Céu de Aracati, a Prefeitura Municipal de Fortim, a Prefeitura Municipal de Aracati, a Prefeitura Municipal de Itaiçaba, a Associação Aratu de Icapuí, a Fundação Brasil Cidadão de Icapuí e a SEMACE de Fortaleza;
- Primeira apresentação dos trabalhos da comissão na reunião ordinária do CSBH, em 08 de outubro de 2009.

Por quê criar a Comissão?

- ✓ O Comitê de Bacias é um colegiado responsável por atuar nos recursos hídricos, mas também com foco no meio ambiente, pois a água é um de seus componentes. Os danos causados às áreas adjacentes podem comprometer a sua quantidade e qualidade. Por isso o colegiado criou esta comissão e assim a mesma deve atuar neste tipo de questões.

Como vem funcionando?

- ✓ As questões chegam às reuniões do Comitê de Bacias;
- ✓ A Comissão se posiciona agendando uma visita ao local;
- ✓ Após a visita a comissão elaborada as considerações pertinentes e sugere as medidas cabíveis aos casos.

Resultados:

- ✓ Algumas sugestões da comissão foram aprovadas na reunião do comitê e foram encaminhadas aos respectivos responsáveis, através de ofícios;
- ✓ Já obtivemos respostas dos ofícios enviados;

Agora trataremos dos casos que mais geraram debate e que foram alvo de visitas da comissão de meio ambiente e conseqüentemente de considerações/recomendações.

### **Caso Porto do Céu – Aracati - CE**

Porto do Céu, comunidade localizada as margens do rio Jaguaribe, no município de Aracati, formada na sua grande maioria por pescadores e marisqueiras, que procuraram o CSBH Baixo Jaguaribe para denunciar a salinização de seus poços, após a instalação de uma fazenda de carcinicultura, que através de um canal captava água do rio Jaguaribe e conduzia no sentido ao continente, deixando em situação precária cerca de 12 poços, que antes eram de água doce e

abasteciam os moradores, após esta instalação sofreram drástica variação.

Os membros da comissão de acompanhamento do caso observaram alguns problemas como: a omissão dos órgãos ambientais nas etapas de licenciamento da empresa de carcinicultura; falta de fiscalização na implantação e funcionamento do empreendimento; os denunciante sofreram agressões físicas pelo empreendedor; tentativas de impedir o trabalho dos órgãos públicos e durante o conflito o proprietário do empreendimento impediu o trânsito da comunidade, instalando cerca elétrica nos limites da propriedade em questão.

Durante o conflito alguns fatores positivos foram observados destacando-se o envolvimento da comunidade no caso, o apoio do comitê, a receptividade do Ministério Público Estadual e apoio da COGERH para o monitoramento dos poços.

Alguns desafios se colocavam diante do caso e que refletiam o anseio dos moradores da comunidade dentre eles: o fechamento da empresa, minimizar os conflitos entre comunidade e o proprietário da empresa, o resgate da qualidade da água na comunidade e o reflorestamento da margem do rio no local da empresa.

Após a intervenção do comitê alguns encaminhamentos foram tomados dentre eles citamos: o encaminhamento do caso aos órgãos ambientais, ao Ministério Público Estadual, a Polícia Federal e posteriormente ao Ministério Público Federal; a COGERH iniciou o monitoramento quantitativo dos poços da comunidade e ainda permanece com esta ação; a Empresa foi obrigada a paralisar suas atividades e após alguns anos voltou a funcionar perante a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, porém o mesmo está sendo cumprido em partes.

### **Caso Morrinhos – Aracati - CE**

O caso chegou ao CSBH Baixo Jaguaribe na reunião extraordinária realizada em outubro de 2007, por uma representante da comunidade de Morrinhos, município de Aracati – CE. Trata-se de um conflito ambiental ente os moradores e a empresa de carcinicultura Gavião. O motivo do conflito era a instalação dos viveiros da empresa que estavam causando degradação ambiental nas lagoas localizadas na localidade de Canapum, Morrinhos e vizinhanças. Também havia preocupação da comunidade quanto uma possível salinização da água dos poços em Morrinhos, local conhecido como de grande potencial e ótima qualidade de água subterrânea. Havia também uma preocupação com a retirada de água em demasia por carroças e caminhões pipa.

Foram realizadas algumas audiências na Câmara Municipal de Aracati sobre a liberação da anuência para instalação da empresa Gavião que ao final foi concedida.

O Comitê solicitou da COGERH a intervenção e que fosse monitorado o aquífero. Isso atendia aos anseios da comunidade quanto a preocupação com a retirada de água em demasia. Assim a COGERH realizou levantamento de poços, cadastrando 51. Após foram selecionados 10 poços para iniciar um monitoramento da água subterrânea ali presente.

Identificamos alguns conflitos na comunidade, principalmente pela retirada de água por caminhões pipa. Havia além da preocupação com o rebaixamento do lençol freático, antipatia a um dos proprietários que permitia a retirada de água por caminhões. Outros fatores deram origem aos conflitos e discussões na localidade, dentre eles destacamos a omissão dos órgãos ambientais quanto ao repasse de informação para a comunidade, sobre o licenciamento do empreendimento e a falta de estudos sobre os impactos da carcinicultura em áreas como a localidade Morrinhos, ou seja, na formação Barreiras.

Desde que o caso foi levado ao conhecimento do comitê houve apoio da direção e plenária que designaram uma comissão para acompanhar o caso. Esta discussão mobilizou grande parte da comunidade e algumas reuniões foram realizadas para ouvir o anseios dos moradores e coletar maiores informações.

Alguns desafios se apresentavam para a minimização dos problemas e conseqüentemente para a tranquilização da comunidade com destaque a obtenção de informações dos órgãos competentes, sobre os possíveis danos ao meio ambiente, realizar o monitoramento da água subterrânea, realizar uma eficiente fiscalização da instalação e funcionamento da empresa Gavião e

o compromisso e transparência nos processos de licenciamento por parte dos órgãos ambientais.

Hoje oito poços estão sendo monitorados pela COGERH e com isso a comunidade ficou mais tranquila. Contudo a empresa conseguiu uma liminar e assim se instalou e vem produzindo camarões, mas não há indícios de contaminação da água.

A insatisfação persiste quanto às questões de devastação dos carnaubais, de contaminação de lagoas próximas aos viveiros e alguns moradores se queixam da retirada pelos carros pipa, porém parece muito mais por divergências pessoais.

### **Caso do Barramento no Rio Arrombado – Icapuí - CE**

Aproximadamente dez anos atrás um barramento no rio Arrombado foi construído com o objetivo de evitar o avanço das marés no rio e conseqüentemente a salinização dos poços presentes na comunidade. Com o lago formado pelo barramento se instalaram algumas Barracas às margens do rio gerando assim um atrativo turístico. Porém a área sofreu ainda mais uma agressão com a instalação de uma área de lazer chamada Aquapark.

Na comunidade atingida pelo barramento os moradores possuem divergentes opiniões sobre a sua permanência. Aqueles que defendem sua presença o querem para manter um mínimo de água doce, proveniente do inverno, por mais tempo possível e assim atender suas vazantes e há os que querem sua retirada alegando que o ambiente a cada dia sofre as conseqüências da ausência das marés, principalmente pela perda da biodiversidade do mangue. Outro fator relevante a ser informado trata-se do trânsito de veículos na praia de Manibú propiciado pela construção do barramento, pois antes de sua presença era quase impossível atravessar com veículos no leito do rio, em sua foz.

Passaram-se alguns anos e o caso foi levado ao CSBH Baixo Jaguaribe, por membros do município de Icapuí, que designou uma comissão provisória para acompanhar o a situação e levantar informações e opiniões da comunidade sobre o barramento, para que em seguida o colegiado pudesse discutir e encaminhar o que fosse necessário.

Durante a rigorosa quadra chuvosa de 2009 o barramento foi destruído pelas fortes correntezas do rio Arrombado. Isso ocasionou a retomada do estuário que existia anteriormente. Por solicitação da Associação de Moradores de Manibú, a população local não quer mais o barramento, pois segundo os moradores voltou a se estabelecer no rio a fauna e a flora que ali habitava, beneficiando a todos.

Porém haviam rumores de que os barraqueiros e alguns moradores iriam reconstruir o barramento, inclusive com apoio do poder público local. Assim a Associação de Moradores procurou o Conselho de Defesa do Meio Ambiente do município de Icapuí – COMDEMA para que o mesmo pudesse intervir e não deixasse mais ocorrer o barramento. A partir desta situação o caso foi levado novamente ao Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe, que encaminhou à Comissão de Meio Ambiente. A citada comissão realizou uma visita com a presença de técnicos da COGERH e do IBAMA na comunidade, em 17 de julho de 2009.

O barramento envolve divergentes opiniões e faltam estudos que melhor indiquem os impactos de sua presença bem próximo a foz do rio.

Alguns desafios são observados no caso, dentre eles: a sensibilização da comunidade para a manutenção do livre curso do rio Arrombado e os benefícios da recuperação da área; maior comprometimento da fiscalização no local, evitando a reconstrução do barramento e finalmente fazer cumprir a legislação e garantir a preservação do ambiente estuarino.

A partir dos trabalhos da Comissão de Meio Ambiente o CSBH Baixo Jaguaribe encaminhou algumas solicitações dentre elas à Prefeitura de Icapuí, para que a mesma retirasse os destroços da barragem e apresentasse um plano de recuperação de área degradada – PRAD, ressaltamos que ainda não tivemos resposta.

Hoje a situação no local é que não existe mais o barramento na parte estuarina, conseqüentemente é visível a recuperação natural da vegetação de mangue, porém permanecem os entulhos do que sobrou do antigo barramento de concreto. O empreendimento Manibú Aquapark foi

desativado, porém próximo as barracas, na margem do rio Arrombado, construíram um barramento com terra, para represar a água para o banho e o desenvolvimento do turismo e lazer para a população nos finais de semana.

### **Caso Eólica Cacimbas – Icapuí - CE**

O Conselho de Defesa do Meio Ambiente do município de Icapuí – COMDEMA recebeu o pedido de Anuência para fins de Licenciamento junto a SEMACE, para a instalação da Usina Eólica Cacimbas. Nas diversas reuniões que aconteceram o Projeto foi bastante discutido tendo aprovações e reprovações fato que necessitava de maiores intervenções, já que na área pretendida, Salina Jassal, trata-se de área de manguezal, portanto Área de Preservação Ambiental – APP. Soma-se a esta situação que o local em questão faz parte da rota migratória das aves costeiras e que a instalação do empreendimento trará interferência no acesso da comunidade até a praia.

O caso foi levado ao CSBH Baixo Jaguaribe que o encaminhou à Comissão de Meio Ambiente, que por sua vez realizou uma visita na área em questão, participaram nesta ocasião técnicos do IBAMA e da COGERH, em 24 de setembro de 2009.

Observamos que falta interesse da população sobre a implantação da eólica, imaginamos que os moradores não tem a dimensão dos possíveis impactos que a instalação da usina eólica pode causar ao local.

Contrariamente ao desinteresse da população há o comprometimento das ONGs do município que não querem a instalação da usina, em virtude do conhecimento e relevância ecológica da área. Neste caso existem estudos ambientais na área, que dão suporte para que o empreendimento não seja instalado ali.

Um fator relevante a ser salientado foi a promoção da discussão da instalação da usina Eólica Cacimbas pelo COMDEMA.

Torna-se desafios envolver a população nesta discussão, que haja o reconhecimento e preservação das áreas de APP's pelos poderes públicos e que sejam apresentadas alternativas locais para instalação deste tipo de empreendimento.

A Comissão de Meio Ambiente sugeriu ao CSBH Baixo Jaguaribe que de imediato aprovou e encaminhou uma solicitação de toda a documentação referente ao licenciamento da Eólica Cacimbas ao COMDEMA, incluindo as atas das reuniões deste colegiado onde foram discutidas a instalação do empreendimento. O caso foi encaminhado ao Ministério Público Federal e solicitado ao empreendedor alternativas locais para sua empresa.

### **Caso Comunidade Cumbe – Aracati – CE**

Na localidade do Cumbe, no município de Aracati estão se instalando vários empreendimentos eólicos os quais trazem modificações para a dinâmica social e econômica da comunidade e modificações do ambiente.

Os moradores do Cumbe alegam que estão sendo prejudicados pelo grande fluxo de veículos pesados na comunidade, pela limitação de trânsito livre nas praias locais, alegam também que para a instalação dos aerogeradores são aterradas várias lagoas que servem de recarga do aquífero Dunas, o qual é responsável pelo atendimento do abastecimento da cidade de Aracati, assim os moradores temem pelo rebaixamento do lençol freático. Também existem outros problemas, na visão dos moradores, com destaque ao desmonte de dunas nas localidades de Cumbe, Canoa Quebrada e Beirada para a instalação dos equipamentos eólicos, a abertura de estradas que impermeabilizam o campo de dunas e o prejuízo para o turismo local, onde os passeios conduzidos pelos bugueiros são impedidos de trafegar nas dunas e ter acesso às praias.

Os moradores denunciaram ao IBAMA e aos membros do CSBH Baixo Jaguaribe do município de Aracati tais agressões ao meio ambiente e conseqüentemente às comunidades.

Houve um grande envolvimento da comunidade no caso e os moradores alegam que foi permitida a instalação de vários empreendimentos eólicos na localidade sem os devidos estudos

ambientais e que as lideranças que lutam pelos direitos da comunidade e pela preservação das dunas são perseguidos.

Várias pessoas e ambientalistas se comprometeram neste caso e outro aspecto importante é a receptividade dos Ministérios Públicos Estadual e Federal.

Alguns desafios se colocam ao caso dentre eles: a realocação dos empreendimentos eólicos, que se faça cumprir a legislação ambiental, que seja garantido o acesso público as praias do local, a elaboração de estudos do aquífero na área de dunas e o estudo de impacto ambiental.

A Comissão de Meio Ambiente está preparando algumas recomendações a plenária do CSBH Baixo Jaguaribe, dentre elas destacam-se: acessar ou solicitar dos órgãos ambientais, IBAMA e SEMACE, o conteúdo das licenças ambientais, isto para observar se há alguma referência sobre ações mitigadoras aos possíveis danos, ou problemas ao local onde estão sendo inseridos os aerogeradores; a paralisação das obras de instalação dos empreendimentos; a elaboração do EIA-RIMA dos parques eólicos; a apresentação de alternativas locais para os parques eólicos, proposta esta que deve estar contida no EIA-RIMA e a recuperação de áreas degradadas.

Sabemos que muitos dos problemas aqui mencionados ocorrem em várias bacias hidrográficas do Ceará, pois existem diversos pontos de vista sobre desenvolvimento econômico e o usos dos recursos naturais, dentre eles a água. Porém o que muitos esquecem é que o uso dos recursos naturais, especialmente os recursos hídricos devem gerar benefícios a todos os cidadãos, sem que isso venha a prejudicar ou excluir o direito de qualquer pessoa. A água é antes de qualquer coisa um direito e conservá-la é dever de todos, em benefício da atual e futuras gerações.

### **Referências Bibliográficas**

Deliberação Nº 01/2009 do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe, que dispõe sobre a criação, composição, atribuições, duração e funcionamento da Comissão de Meio Ambiente.

Regimento do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe, Diário Oficial do Estado do Ceará, série 2, ano V, número 224, p. 32.

Considerações da Comissão de Meio Ambiente do CSBH Baixo Jaguaribe sobre a visita a localidade de Manibu, no município de Icapuí - CE, em 24 de setembro de 2009.

Considerações da Comissão de Meio Ambiente do CSBH Baixo Jaguaribe sobre a visita a localidade de Berimbau, no município de Icapuí-CE, em 24 de setembro de 2009.

Relatório da Visita Técnica da Comissão de Acompanhamento do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe aos Impactos da Barragem no Rio Arrombado em Icapuí – CE, agosto 2007.